



**Comissão de Meio Ambiente, defesa dos Animais e Política Urbana,
Comissão de Orçamento e Finanças Públicas e Comissão de Desenvolvimento
Econômico, Transporte e Sistema Viário**

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 465/2022

Relatório

O Projeto de Lei nº 465/2022, que "Concede quota de terreno por unidade habitacional para empreendimento previsto na Operação Urbana Simplificada Vila Monte São José", de autoria do Executivo – Mensagem 47 de 16 de dezembro de 2022, foi examinado preliminarmente pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, e vem agora as Comissões de Meio Ambiente, defesa dos Animais e Política Urbana, Orçamento e Finanças Públicas e Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, em razão da aprovação do requerimento 167/2023, que solicitou sua apreciação conjunta, para receber parecer quanto ao mérito nos termos do art. 52, incisos IV, "f", V, "a" e III, "b" e "c" do Regimento Interno desta Casa.

CHEM_DIRLEG-03/mar/23-13:38:11-000943-1

Fundamentação

O projeto de Lei em análise trata da Operação Urbana Simplificada — OUS — que é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo voltadas para a promoção de transformações urbanísticas locais, melhorias sociais e valorização ambiental.

A OUS Vila Monte São José, foi instituída pela Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019 e tem sua efetivação condicionada à incorporação dos imóveis identificados no inciso I do § 1º do art. 372, em um único empreendimento, sobre o qual versa este projeto de lei, que tem o objetivo de viabilizá-lo.



A alteração proposta é fruto de uma audiência pública realizada em 12 de julho de 2022. A referida audiência contou com a presença de representantes da comunidade local, do Poder Executivo e da empresa responsável pelo empreendimento e na oportunidade discutiu-se a redução da cota do terreno por unidade habitacional e, caso necessário, a flexibilização da altimetria para implantação do empreendimento, mediante aprovação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural. Para tanto, faz-se necessária a adequação legislativa, admitindo a utilização de quota de terreno por unidade habitacional de 50% (cinquenta por cento) daquela prevista no Anexo XIX da Lei nº 11.181, de 2019, mediante os requisitos que constam no art. 1º.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a estas Comissões, nos termos do art. 52, V, “f”, V, “a” e III, “b” e “c”, do Regimento Interno.

No que concerne ao mérito quanto a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, concluo pela aprovação do projeto, pois, no que se refere ao uso e ocupação do solo, a presente propositura legislativa não afronta seus princípios básicos, ainda, a proposição pretende tornar viável a implantação do empreendimento previsto na Operação Urbana Simplificada Vila Monte São José, instituída pelos arts. 372 a 382 do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019). A aprovação do Projeto viabilizaria a execução dos objetivos dispostos no Plano diretor, atendendo ao princípio constitucional do cumprimento da função social da propriedade urbana.

No que diz respeito à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, considerando os aspectos do Plano de Desenvolvimento e Programa de Obras Públicas Municipais, concluo pela aprovação, pois, o projeto de Lei não afronta o plano de desenvolvimento e programa de obras públicas municipais, e viabiliza os projetos urbanos de interesse público, articulados com a qualificação dos modelos de ocupação e uso de imóveis no Município, voltadas para a promoção de transformações urbanísticas locais, melhorias sociais e valorização ambiental.



No que concerne ao mérito da Comissão de Finanças Públicas, concluo pela aprovação, pois, o projeto em análise quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPAG), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei de Orçamento Anual não apresenta incompatibilidade, haja vista que a proposição de lei não traz repercussão financeira para o município.

Por isto, o projeto de Lei apresentado e que ora analiso está convergente com a matéria de competência das comissões, e não entra em colapso com quaisquer legislações vigentes em nosso ordenamento jurídico, tampouco com a Lei Orgânica Municipal ou Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 465/2022.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023

Vereadora Loíde Gonçalves